

SEGURANÇA PÚBLICA / Depois de 82 dias de braços cruzados, a categoria encerrou o movimento. Na sexta-feira, a Justiça determinou que os agentes retomassem as atividades, sob pena de o sindicato pagar multa de R\$ 100 mil para cada serviço negado

Policiais, enfim, voltam ao trabalho

Fotos: Daniel Ferreira/CB/D.A. Press



Em assembleia ontem, os agentes da Polícia Civil decidiram retomar as atividades, mas têm novo encontro marcado para o próximo dia 27

» LUIZ CALCAGNO
» ROBERTA ABREU

Após **decisão judicial** na última sexta-feira, os policiais civis colocaram fim à greve da categoria, que durou 82 dias, a maior da história da corporação. O juiz da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT), Esdras Neves Almeida, ordenou que, em caso de descumprimento da determinação, o Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol) desembolsasse R\$ 100 mil para cada serviço negado à população. Um oficial de Justiça notificou a diretoria do sindicato na manhã de ontem. À tarde, cerca de mil servidores votaram em assembleia pelo término do movimento.

Em todos os discursos, policiais e integrantes do Sinpol ressaltaram a importância de continuar o movimento com manifestações e repudiaram a determinação do Tribunal de Justiça do DF e Territórios. Os

agentes marcaram um novo encontro da categoria para o próximo dia 27, às 15h, em frente ao Palácio do Buriti. O presidente do Sinpol, Ciro de Freitas, disse que a **greve** terminou, mas sem um consenso entre a categoria e o Governo do DF.

Com a decisão da categoria, os serviços nas delegacias começaram a voltar ao normal no fim tarde de ontem. Mesmo após a notificação da Justiça, pela manhã, muitos brasilienses ainda tiveram dificuldade de registrar ocorrência e expedir documentos. É o caso da cuidadora de idosos Inês Leal, 40 anos. O filho dela, de 16 anos, foi assaltado no Centro de Taguatinga há dois meses. A ocorrência, porém, ainda não tinha sido registrada até o começo desta semana. O problema é que o adolescente precisa da carteira de identidade para fazer um estágio remunerado. "Eu tentei emitir um novo documento para ele em todas as delegacias, sem sucesso. Perdi tempo e passei vários transtornos. Para mim, essa greve é abusiva", reclamou.

Outra decisão

No fim de agosto, o TJDF tomou algumas medidas para amenizar os transtornos à população. Foram determinados a volta ao trabalho de pelo menos 80% da categoria, que os brasilienses e os servidores não fossem impedidos de entrar nas unidades policiais e que o sindicato e policiais não promovessem manifestações ou atos que fechassem vias públicas ou causassem transtorno à livre circulação de veículos.

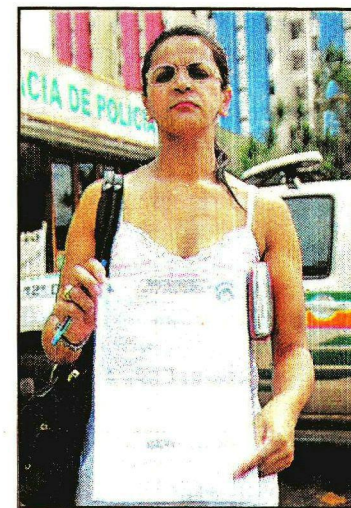
Ameaça

No ano passado, a greve da categoria durou 37 dias. Os policiais só retomaram as atividades após o então diretor-geral da Polícia Civil do DF, Onofre José de Moraes, determinar o fim do movimento e ameaçar cortar o ponto dos grevistas, além de processar os faltosos nas esferas criminal e administrativa, caso não reassumissem as funções, sob pena de até serem exonerados do serviço público.

Demanda reprimida

Para garantir um bom atendimento à população no primeiro momento após o fim da greve, quando o volume de ocorrências será maior, o diretor-geral da Polícia Civil, Jorge Xavier, determinou, em reunião com os delega-

dos, que os plantões em todas as DPs deverão ser reforçados, inclusive no feriado de depois de amanhã. "Haverá um fluxo maior de pessoas para registros de ocorrências a fim de atender essas demandas reprimidas no menor tempo possível", explicou. Além do maior número de agentes nas



Inês Leal não conseguiu registrar ocorrência de assalto

unidades, serão deflagradas operações para a repressão a crimes nos próximos dias. "Serão realizadas em determinadas áreas", acrescentou Xavier.

Em relação ao fim do movimento, o diretor-geral acredita em uma decisão acertada. "Os policiais são legalistas. Enquanto

(o movimento) foi considerado legal, permaneceram em greve. Eles atenderam à determinação, é natural", ressaltou. Xavier acredita que as negociações devam continuar e descarta uma nova paralisação. "Agora, eles vão mostrar o valor da categoria e recuperar o prejuízo. Essa é a expectativa."

O secretário de Administração Pública, Wilmar Lacerda, afirmou que não haverá mudanças em relação às negociações. "Já vínhamos conversando com eles ao longo desse processo todo. São quatro pontos de pauta, três deles praticamente já vencemos, que é a transformação do cargo de agente penitenciário, adoção do plano de saúde a partir de janeiro de 2013 e o aumento do efetivo em 3.029 cargos para a Polícia Civil do DF". Sobre o reajuste salarial, o secretário reiterou que o assunto deve englobar todo o conjunto da segurança pública, que inclui a Polícia Militar e os Bombeiros.

Colaborou Thalita Lins